



RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A PARTICIPAÇÃO ATIVA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA GOVERNANÇA GLOBAL

INTERNATIONAL RELATIONS AND THE ACTIVE PARTICIPATION OF CHILDREN AND ADOLESCENTS IN GLOBAL GOVERNANCE

LAS RELACIONES INTERNACIONALES Y LA PARTICIPACIÓN ACTIVA DE LOS NIÑOS, NIÑAS Y ADOLESCENTES EN LA GOBERNANZA GLOBAL

Naiara Silva Ferreira¹
Danielle Silva da Silva²
Ronny Luis Sousa Oliveira³
Antônio Renato Bezerra Noronha⁴

DOI: 10.54751/revistafoco.v16n8-068

Recebido em: 10 de Julho de 2023

Aceito em: 10 de Agosto de 2023



RESUMO

Este artigo analisa como e por que, no contexto das Relações Internacionais, a subjetividade das crianças tem sido frequentemente relegada a contextos marginais e as próprias crianças são automaticamente associadas à necessidade de proteção em situações vulneráveis, como por exemplo o de crianças soldados, refugiadas, trabalhadores escravos e crianças sexualmente abusadas. Sendo assim, é necessário refletir a infância como uma plataforma de governança global e pontencial para o alcance dos 17 ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030), identificando formas alternativas de encontrar nesse atores internacionais da sociedade civil e sua agência, uma posição mais central em RI, em termos de várias formas de ativismo infantil, como o papel das crianças com as mudanças climáticas, crianças e segurança humana, crianças e resiliência, e no seu papel inevitável na governabilidade do mundo futuro. Além disso, tem crescido a quantidade de abordagens que criticam as políticas tradicionais centradas no Estado nas análises das relações internacionais, defendendo, em vez disso, enfoques que reconheçam os atores da sociedade civil como protagonistas nesse processo. A metodologia empregada foi a análise do discurso de personalidades infanto-juvenis que impactam o cenário internacional e a análise de relatórios do Fundo das Nações

¹ Doutora em Administração pela Universidade da Amazônia (UNAMA), Universidade do Estado do Pará (UEPA). Tv. Dr. Enéas Pinheiro, 2626, Marco, Belém - PA, CEP: 66095-015. E-mail: ferreira.s.naiara@gmail.com

² Especialista em Comércio Exterior. Universidade do Estado do Pará (UEPA). Tv. Dr. Enéas Pinheiro, 2626, Marco, Belém - PA, CEP: 66095-015. E-mail: daniellesilva@uepa.br

³ Mestre em Administração pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Av. Barão de Capanema, 5514-6434, Caixa D'água, Capanema – PA. E-mail: ronnyoliveira64@hotmail.com

⁴ Mestre em Administração pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Universidade Estácio de Sá. Avenida Governador José Malcher, Nazaré, Belém – PA, CEP: 66055-260. E-mail: renoronhab@yahoo.com.br

Unidas para a Infância (UNICEF) da ONU dos períodos de 2019 à 2023. Os resultados demonstram que apesar das problemáticas que atingem esses atores internacionais, as crianças e adolescentes precisam de um espaço para se envolver com aqueles que vão colocar as 17 ODS em prática e assim ter uma participação ativa, pois elas podem ajudar a mudar sua própria vida e de suas comunidades, pois têm ideias, energia ilimitada para a ação e a maior participação no futuro.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes; relações internacionais; governança global; protagonismo social.

ABSTRACT

This article analyzes how and why, in the context of International Relations, children's subjectivity has often been relegated to marginal contexts and children themselves are automatically associated with the need for protection in vulnerable situations, such as child soldiers, refugees, slave workers and sexually abused. Therefore, it is necessary to reflect on childhood as a platform for global governance and potential for achieving the 17 SDGs (Sustainable Development Goals - Agenda 2030), identifying alternative ways to find in this international civil society actors and their agency, a more central position in IR, in terms of various forms of child activism, such as the role of children with climate change, children and human security, children and resilience, and in their inevitable role in the governance of the future world. In addition, the number of approaches that criticize traditional state-centered policies in international relations analyzes has grown, advocating, instead, approaches that recognize civil society actors as protagonists in this process. The methodology used was the analysis of the discourse of children and youth personalities that impact the international scenario and the analysis of reports from the United Nations Children's Fund (UNICEF) of the UN from 2019 to 2023. The results demonstrate that despite the problems that affect these international actors, they need a space to engage with those who will put the 17 SDGs into practice and thus have an active participation. They can help change their own lives and their communities as they have ideas, unlimited energy for action and the greatest stake in the future.

Keywords: Children and teenagers; international relations; global governance; social protagonism.

RESUMEN

Este artículo analiza cómo y por qué, en el contexto de las Relaciones Internacionales, la subjetividad de los niños ha sido muchas veces relegada a contextos marginales y los propios niños son automáticamente asociados a la necesidad de protección en situaciones vulnerables, como niños soldados, refugiados, trabajadores esclavos y abusados sexualmente. Por lo tanto, es necesario reflexionar sobre la niñez como plataforma para la gobernanza global y potencial para lograr los 17 ODS (Objetivos de Desarrollo Sostenible - Agenda 2030), identificando formas alternativas para encontrar en estos actores de la sociedad civil internacional y su agencia, una posición más central en RI, en términos de diversas formas de activismo infantil, como el papel de los niños con el cambio climático, los niños y la seguridad humana, los niños y la resiliencia, y en su papel inevitable en la gobernanza del mundo futuro. Además, ha crecido el número de enfoques que critican las políticas tradicionales centradas en el Estado en los análisis de las relaciones internacionales, defendiendo, en cambio, enfoques que reconocen a los actores de la sociedad civil como protagonistas en este proceso. La metodología utilizada fue el análisis del discurso de personalidades infantiles y juveniles que impactan en el escenario internacional y el análisis de los informes del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF) de la ONU del 2019 al 2023. Los resultados

demuestran que a pesar de los problemas que afectan a estos actores internacionales, necesitan un espacio para relacionarse con quienes pondrán en práctica los 17 ODS y así tener una participación activa. Pueden ayudar a cambiar sus propias vidas y sus comunidades ya que tienen ideas, energía ilimitada para la acción y el mayor interés en el futuro.

Palabras clave: Niños y adolescentes; relaciones internacionales; gobernanza mundial; protagonismo social.

1. Introdução

Este artigo analisa como e por que, no contexto das Relações Internacionais, a subjetividade das crianças tem sido frequentemente relegada a terrenos marginais e as próprias crianças são automaticamente associadas sempre à necessidade de proteção em situações vulneráveis, como por exemplo o de crianças soldados, refugiadas, trabalhadores escravos ou para fins sexuais (BEIER, 2020).

Sendo assim, é necessário refletir a infância como uma agente de governança global pontencial para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 (17 ODS), identificando formas alternativas de encontrar nesse atores internacionais e sua agência uma posição mais central em RI, em termos de várias formas de ativismo infantil, como o papel das crianças com as mudanças climáticas, crianças e segurança, crianças e resiliência, e no seu papel inevitável na governação do futuro.

Além disso, tem crescido a quantidade de abordagens que criticam as políticas tradicionais focadas na governança global centrada no Estado nas análises das relações internacionais, defendendo, em vez disso, enfoques que reconheçam os atores da sociedade civil como protagonistas nesse processo (DINGWERTH, 2007; SEITENFUS, 2013).

Portanto, este artigo busca responder como as crianças e adolescentes se inserem como protagonistas de mudanças na governança global em prol dos seus interesses, analisando também a influência do UNICEF/ONU para a articulação e alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (17 ODS) para esses novos agentes internacionais?

A metodologia empregada foi a análise do discurso de personalidades infanto-juvenis que impactam o cenário internacional, Greta Thunberg, Malala

Yousafzai e Tainara da Costa Cruz (ativista do povo Kambeba) e a análise documental de relatórios do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF/ONU) dos períodos de 2019 à 2023, entre eles o: a) The State of the World's children 2019; b) Estado Mundial de la Infancia 2023; e c) Crianças, Adolescentes e Mudanças Climáticas no Brasil 2022.

Os resultados demonstram que apesar das problemáticas que atingem esses atores internacionais, eles precisam de um espaço para se envolver com aqueles que vão colocar as 17 ODS em prática e assim ter uma participação ativa. As crianças e adolescentes podem ajudar a mudar sua própria vida e suas comunidades, pois têm ideias, energia ilimitada para a ação e a maior participação no futuro. Nesse ponto o UNICEF tem atuado como mediador de diversos projetos e iniciativas, nos quais principalmente os adolescentes e jovens podem propor soluções aos problemas locais de suas cidades e bairros e ter suas demandas alçadas na perspectiva global através deste organismo internacional. Por outro lado, há uma necessidade de manter a segurança desses agentes e a resiliência mutuamente em linha tênue, mantendo a subjetividade de seu protagonismo de discursos e ação, bem como a vulnerabilidade das crianças em primeiro plano.

O artigo está dividido em três partes iniciando pela introdução, seguida do referencial teórico, em seguida as análises dos resultados e por fim as considerações finais.

2. Governança Global e Desafios Transnacionais na Proteção das Crianças e Adolescentes

Em termos de governança global destaca-se o papel soberano do Estados como atores mais relevantes nas Relações Internacionais. Sendo os objetivos da governança e dos regimes internacionais constituírem abordagens inovadoras, utilizadas como mecanismo de solução de conflitos e problemas, incentivando a participação ampliada dos atores internacionais e o diálogo e cooperação entre as partes envolvidas, em ambiente institucionalizado (GONÇALVES, ALMEIDA, REI, 2021).

Governança é meio, processo, ferramenta para solução de problemas. O

conceito foi desenvolvido a partir de meados dos anos 1980 por instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial, que buscava, à época, estabelecer condições para que países administrassem recursos que lhes eram concedidos para projetos de desenvolvimento (a chamada “boa governança”). Logo em seguida, comissão designada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para estudar o assunto publicou, em 1994, seu relatório, que definiu governança como a “totalidade das maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns” (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996).

A Governança é processo contínuo pelo qual interesses conflitantes ou diversos podem ser acomodados e ações cooperativas podem ser tomadas (BEYERLIN, MARAUHN, 2011, p. 244). É um fenômeno mais amplo que governo, haja vista que envolve as instituições governamentais, todavia, constitui também em mecanismos informais, de caráter não-governamental (ROSENAU, 2000, p. 15-16).

Trata-se de mecanismo de enfrentamento contínuo e coordenado, dirigido no ideal de cooperação, que busca soluções de problemas comuns através do consenso. O consenso significa a procura por soluções viáveis e discutidas pelos atores envolvidos (FREITAS; GARCEZ, 2015). As externalidades da globalização exigem atuação conjunta, dinâmica e criativa de todos os atores globais. Deste modo, a governança oportuniza a abertura de espaço para que os tradicionais e novos atores internacionais possam dialogar e atuar na gestão dos problemas globais.

Neste sentido, a governança fortalece a participação ampliada de outros atores, e não somente dos Estados, ou seja, de atores que não pertencem as estruturas clássicas dos Estados. Demonstrando, assim, a importância e a necessidade da gestão dos problemas entre todos os envolvidos, bem como da cooperação na busca pelas soluções que atendam aos interesses das pessoas e das instituições (sejam públicas ou privadas) (FREITAS; GARCEZ, 2015).

Gonçalves (2014, p. 83) destaca que com o processo de globalização a partir da década de 1980 e uma tendência maior a preocupação em estabelecer formas e mecanismos de gestão compartilhada do poder, de maneira

transparente, onde Estados, Organizações Internacionais, empresas multinacionais e organizações da sociedade civil possam ter papel relevante.

Assim, na atualidade, diante dos avanços tecnológicos na área da comunicação, transporte, informática, bem como diante das relações internacionais e do fenômeno da globalização e da governança (mencionados anteriormente), surge a chamada sociedade global. Dentro dessa, há a ascensão da “sociedade civil transnacional”. “Na sociedade global, os Estados dividem parte de seu poder com outras entidades transnacionais e supranacionais” (MATIAS, 2005, p. 445). Por “sociedade civil transnacional”, pode-se entender “grupos, indivíduos e instituições que são independentes dos Estados e das fronteiras estatais, mas que estão, ao mesmo tempo, preocupados com os assuntos públicos” (MATIAS, 2005, p. 446).

Sendo assim pode-se considerar a centralidade da discussão da governança global nas Relações Internacionais sobre crianças e adolescentes. Sendo que esses “pequenos” atores internacionais ao longo da história tem sido vistos como agentes que são vulneráveis, desprotegidos e necessitam de outros sistemas para se sustentarem (BEIER, 2020)

Conforma afirma Pagni (2010), a infância representa um estado negativo do ser, etimologicamente, se resume a aquele que não fala, assim a criança é definida a partir do “não ser”, do não saber fazer e da subordinação aos mais velhos, se resumindo a um ser inocente, que não vê o mal e não o reproduz, que está em constante avanço e evolução. Assim, os indivíduos que se enquadram dentro desta categoria, são compreendidos como pessoas que não tem possibilidade de escolhas próprias, seres subordinados e cópias das ações dos adultos e de seus genitores. Elas são uma reprodução de seus meios, da sociedade, da família e da escola, tendo as suas relações sociais influenciadas pela cultura, pelo social e pela história.

Frabboni (1998) define a infância a partir de 3 fases identitárias, evidenciando o papel social desde a época medieval até a contemporaneidade, a infância negada, a infância institucionalizada e a infância de direitos.

A última fase, de direitos, se situa no século XX, com a modernização, a globalização e a construção de um sistema internacional democrático e

protecionista, as crianças e adolescentes passam a serem consideradas sujeitos de direitos, sendo inseridas em convenções, tratados e outras discussões mundiais e nacionais (FRABBONI, 1998).

Ainda analisando o panorama histórico, com relação aos direitos das crianças e dos adolescentes, estes se iniciaram pela necessidade de proteção e somente em 1919 que a Liga das Nações instituiu o Comitê de Proteção à infância, que foi considerado o primeiro órgão governamental supranacional direcionado às crianças e adolescentes, após a calamidade da Primeira Guerra Mundial (BASTOS, 2012, p. 45). Pode-se considerar que, a partir daqui (1919), foi iniciada uma conscientização internacional da situação das crianças no que tange às suas necessidades específicas.

Em 1924, na Declaração de Genebra, representando o primeiro documento internacional sobre os direitos da criança, a Liga das Nações adotou a Convenção dos Direitos da Criança afirmando que as crianças têm direito ao desenvolvimento material, moral e espiritual; a receber ajuda especial quando estão com fome, doentes, inválidos ou órfãos; que sejam prioritariamente socorridos em situações graves; ainda, a estarem protegidos contra qualquer exploração econômica; e, receber uma educação que lhes dê o sentimento de responsabilidade social (BASTOS, 2012, p. 43).

No ano de 1946, a ONU criou o Fundo Internacional de Ajuda Emergencial à Infância Necessitada - UNICEF, em decorrência da Segunda Guerra Mundial, objetivando auxiliar as crianças dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial (BASTOS, 2012, p. 46).

Posteriormente, em 1959, foi proclamada pelas Nações Unidas a Declaração Universal dos Direitos da Criança, reafirmando que as crianças possuem direitos especiais para a proteção do seu desenvolvimento físico, mental e social, lhes dando o direito a igualdade, independente de raça, gênero, religião ou nacionalidade (ONU, 1959). Sendo que a criança passa a ser considerada prioridade absoluta e sujeita de direitos amplos (BASTOS, 2012, 46-47).

Em 1969, os Estados americanos convieram quanto a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, chamado de Pacto de San José da

Costa Rica, na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, estabelecendo em seu artigo 19, a seção dos Direitos da Criança, dando melhores contornos ao conceito de Proteção Integral, onde: “Toda criança tem direito às medidas de proteção que a sua condição de menor requer por parte da sua família, da sociedade e do Estado” (OEA, 1969).

No entanto, foi em 1989 que a Organização das Nações Unidas aprovou a Convenção sobre os Direitos da Criança, pautada no conceito do interesse superior da criança, que engloba todo o elenco dos direitos humanos, reconhecendo e garantindo diversos direitos a estas (ONU, 1989), a qual foi um marco contemporâneo na governança global para as crianças e adolescentes.

Em 2015, os 193 Estados membros da ONU, negociaram e comprometeram-se na Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York, a adotar a chamada Agenda Pós-2015, considerada uma das mais ambiciosas da história da diplomacia internacional. A partir dela, as nações trabalharão para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os ODS representam um plano de ação global para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecer educação de qualidade ao longo da vida para todos, proteger o planeta e promover sociedades pacíficas e inclusivas até 2030. Eles estão baseados nos compromissos para as crianças e os adolescentes nas áreas de pobreza, nutrição, saúde, educação, água e saneamento e igualdade de gênero contidos nos precursores dos ODS, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (UNICEF, 2022) .

Diante desta contextualização dos marcos históricos e normativos que regem as perspectivas de proteção dos agentes infanto-juvenis, observa-se ainda que infelizmente as crianças são os principais indivíduos que sofrem as consequências de espaços de insegurança, mesmo que essas consequências sejam gradativas, às vezes silenciosas e bastante invisibilizadas. O crescimento da criança é, direta ou indiretamente, afetado pela realidade em que vivem e por acontecimentos ao seu redor (BEYERSDORF, 2023).

Sendo assim, a criança e o adolescente pode ser considerada como um sujeito internacional, que dentro de um espaço de conflito, apresenta um caráter

duplo: vulnerável e marginalizado. Como elas são a base da presente sociedade, as suas vivências refletem no futuro e na política atual, tanto internacional quanto nacional (BEYERSDORF, 2023).

Beyersdorf (2023) analisou a base da construção social do que são as crianças e adolescentes e como os olhares perante elas foram se modificando ao longo dos anos através da presença da criança e do adolescente em conferências, fóruns, e outros eventos internacionais, assim como os principais eventos do Mercosul e da OIT na América Latina, por exemplo.

O autor discute que as organizações e Estados realizam manutenções constantes das conjunturas de guerra e de paz, desenvolvendo meios de proteção, e propagação de direitos, as quais nos documentos, relatórios e convenções se direcionam a todos os países. Evidenciado uma atenção existente em relação a categoria infanto-juvenil, mas uma atenção que acaba não sendo totalmente efetiva na sua implementação de forma global, se direcionando como uma ação setorizada aos países do centro capitalista. (BEYERSDORF, 2023).

Observa-se portanto que cada vez mais a discussão sobre a efetividade dos direitos das crianças e dos adolescentes se faz importante, pois, apesar de haver diversas regulamentações no âmbito internacional e nacional firmadas, os direitos deste grupo social ainda têm sido amplamente violados (BORGES; SOUZA, 2020).

Alguns dos principais problemas que vulneralizam a fase infanto-juvenil é o trabalho infantil, as situações de pandemia da saúde, a falta de infra-estrutura e a pobreza, a utilização de crianças como soldados nos países periféricos e atualmente as mudanças climáticas (CARDOSO, 2023; SANTOS, 2023).

Nos países ricos situações comuns e por vezes veladas são o tráfico infantil para comercialização de órgão e para fins de exploração sexual. Sendo essas e outras problemáticas englobam os desafios da governança global transnacional das crianças e adolescentes no mundo.

2.1 Crianças, Adolescentes e seu Protagonismo na Mobilização da Sociedade Civil Internacional

A infância nem sempre foi objeto de estudo e a categoria de sujeito de direitos, na forma como hoje é vista, é moderna. Por isso, se instalou uma cultura de que crianças e adolescentes não possuem as devidas percepções sobre seus direitos, sendo física e mentalmente imaturas para atuarem em favor de seus direitos, o que dificulta o acesso a sua participação, situação que o “adultocentrismo” ainda vigora.

Considerando especialmente no campo internacional, encontramos uma série de tratados, conquistados por uma histórica evolução, onde crianças e adolescentes são, na letra da lei, revestidos de direitos como de expressão, participação e desenvolvimento, mas, na prática, percebemos que não têm se efetivado (BORGES; SOUZA, 2020)

Contudo pode-se considerar uma falha nas reuniões dos organismos internacionais diminuir e vitimizar a capacidade de protagonismo das crianças e dos adolescentes, e de não considerar a presença destas nos assuntos que tanto preocupam a humanidade, como “aquisição de direitos, igualdade, desenvolvimento, pobreza e segurança” (MARTUSCELLI, 2013, p. 113), pois estes temas as afetam diretamente.

Observa-se também que quando a discussão se dá com relação aos direitos do grupo social crianças e adolescentes, estes não se faziam presentes na maioria das discussões internacionais, situação essa que vem paulatinamente ganhando novos contornos devido ao protagonismo infanto-juvenil (BROCKLEHURST, 2006).

Reconhecer a importância do estudo das crianças nas Relações Internacionais pode trazer novos temas para a agenda de pesquisa, tais como: qual a influência das crianças soldado para a segurança internacional? Como o tráfico e adoção internacional de crianças pode afetar o cenário global? E o trabalho infantil, quais os reveses para as políticas de desenvolvimento das nações? Outras agendas relevantes envolvem a exploração sexual e comercial de menores, crianças refugiadas, menores migrantes desacompanhados e separados, a relação entre direitos da criança e estudos de desenvolvimento,

e a questão da governança mundial das gerações futuras (BEIER, 2020).

Além disso, pode mudar a concepção do estudo de temas tradicionais, como segurança, desenvolvimento, conflitos armados, entre outros. Por fim, é provável que muitas crianças no mundo não tenham consciência do que é ser um ator internacional ou não ambicionem tal meta. No entanto, muito pouco tem se escutando sobre uma consulta a esse grupo e sua opinião, sobre se elas querem ou não ser agentes de mudanças e protagonismo nas Relações Internacionais (MARTUSCELLI, 2013, p. 114).

Barley (2022) em seu estudo com crianças de 11 a 13 anos analisando as percepções das mesmas sobre as situações de política internacional da saída do Reino Unido da União Europeia em 2016, o chamado BREXIT, e a eleição presidencial nos Estados Unidos de Donald Trump em 2017, defende que as crianças e adolescentes são plenamente dotadas de percepções de influência e noções do mundo que as cerca, e são capazes de opinar sobre situações que as beneficiam ou prejudicam, além de discutir e comunicar essas mensagens para seus pares, familiares e colegas na escola e no ambiente em que ela esta inserida.

Na visão do autor as crianças conseguem compreender e interpretar a política global como parte que afeta sua situação local, relacionando suas experiências pessoais cruzadas com questões raciais, nacionais, religiosas e de desigualdades sociais, as quais vêm à tona em suas interações com os colegas na escola (BARLEY, 2022).

Nesse sentido, Lee-Koo (2020) traz a reflexão de que a infância é frequentemente invocada para transmitir significado na política global, como exemplos a autora destaca a segunda guerra da Indochina (Vietnã) dos anos 1960 e 1970, a fome etíope dos anos 1980, as chamadas guerras dos diamantes dos anos 1990, a recente crise dos refugiados sírios ou o conflito no Iêmen e os discursos ou imagens emocionantes que as crianças representam nesses cenários catastróficos.

Outra perspectiva que pode-se considerar é a abordada por Pruitt (2020) .que discute que as Relações Internacionais tendem a ignorar as crianças em geral e as meninas em particular. Onde as meninas são incluídas, na maioria

das vezes é sob a junção de 'mulheres e crianças' usada para representar uma abreviação vitimizada e sem agente para não-combatentes. Acadêmicas feministas de RI e estudiosas críticas de paz e segurança têm se engajado com crianças enquanto buscam dividir “mulheres e crianças” em entidades separadas e distintas.

Para as feministas, essas reivindicações geralmente se baseiam na premissa de que as mulheres devem ser vistas como iguais aos homens, não relegadas ao mundo privado das crianças. No entanto, as noções hierárquicas de gênero podem permear as teorias feministas de paz e segurança quando elas se baseiam em modelos de agência centrados no adulto e falham em reconhecer a presença e as ações das meninas (PRUITT, 2020).

Avanços teóricos por meio do feminismo interseccional são necessários para melhor entender e explicar as meninas em relação ao protagonismo direcionado à paz e a segurança. A prossecução desta abordagem permite reconhecer que as necessidades e experiências das mulheres e crianças podem diferir e sobrepor-se, em vez de (re)criar hierarquias baseadas na idade e no gênero que se baseiam em falsas simplificações excessivas, que dificultam a construção da paz e aumentam a insegurança das pessoas de diversas idades e gêneros (PRUITT, 2020).

Beier (2020) aborda que entre os desafios conceituais que o novo pensamento sobre a auto agência da criança e da infância coloca para as Relações Internacionais está em como conciliar subjetividade e (in)segurança desses indivíduos, pois embora a ascensão da resiliência como uma alternativa paradigmática à segurança seja promissora para a recuperação e o primeiro plano de posições de sujeito facilmente incluídas por representações simplistas de vitimização, este pensamento atrai críticas por transferir a responsabilidade de obedecer àqueles afetados por circunstâncias adversas, correndo o risco de apagar o trauma em sua tendência de valorização do triunfo individualizado sobre a adversidade. Uma implicação disso é que a subjetividade genuína é de alguma forma conquistada por meio da indomabilidade para superar dificuldades, privações e até mesmo violência.

Sendo assim, o autor argumenta que há uma necessidade de manter a

segurança e a resiliência mutuamente em tensão, mantendo a subjetividade de seu protagonismo de discursos e ação, bem como a vulnerabilidade das crianças em primeiro plano (Beier, 2020).

3. Análise dos Resultados: Os 17 ODS e a Perspectiva do Alcance e Protagonismo para as Crianças e Adolescentes

Este tópico apresenta a análise do discurso de personalidades infanto-juvenis que impactam o cenário internacional; além de apresentar uma análise documental de três relatórios do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) da ONU dos períodos de 2019 à 2023.

3.1 Discursos dos Ativistas Crianças e Adolescentes da Sociedade Civil

Análise do discurso de personalidades infanto-juvenis que impactam o cenário internacional e influenciam o protagonismo desses atores nas Relações Internacionais: Greta Thunberg, Malala Yousafzai e Tainara da Costa Cruz (ativista do povo Kambeba).

a) Greta Thunberg

A ativista é protagonista nas ações infanto-juvenis e discursos em âmbito internacional para reverter os efeitos das mudanças climáticas. O nome de Greta se tornou público em 2011, quando a jovem, à época com oito anos de idade, começou a protestar na frente do Parlamento sueco para exigir dos políticos medidas em defesa do meio ambiente. A ativista, hoje com 18 anos de idade, ficou conhecida mundialmente aos 16 anos por iniciar um movimento internacional de greves de estudantes contra as mudanças climáticas, o Movimento Fridays for Future (FFF), chegando a ser nomeada ao prêmio Nobel da Paz.

Em 2019, ela participou do *UN Climate Action Summit* discursando emocionadamente sobre os problemas globais relacionados as mudanças climáticas e os impactos para as gerações futuras:

“ Minha mensagem aos líderes globais é que vejam: esta tudo errado e eu não deveria estar aqui, eu deveria estar indo para a escola no outro lado do oceano, mas todos vocês vêm até nós, jovens, em busca de esperança, mas como ousam roubar minha infância com essas palavras vazias ainda assim eu sou um dos povos

sortudos, pois pessoas estão sofrendo e pessoas estão morrendo, quando um ecossistema inteiro está colapsando e nos estamos começando uma extinção em massa e tudo que vocês sabem falar é sobre dinheiro e contos de fadas econômicos, como ousam?” (Greta Thunberg *UN Climate Action Summit*)

Em 2021 em entrevista a TV Senado, durante uma sessão de debates do Senado sobre mudanças climáticas, a ativista ambiental sueca Greta Thunberg criticou ações de líderes brasileiros e ressaltou que o país precisa alcançar as metas do Acordo de Paris, protegendo a Amazônia e os povos indígenas:

“ Eu não estou aqui em uma posição de dizer o que fazer, estou em uma região que começou essa crise que nos estamos vivendo e essa é a parte que nos temos uma responsabilidade enorme por essa crise. E eu venho de um país que tem inspirado uma escola moderna e um movimento para defesa do meio ambiente e dos direitos dos indígenas, e o que os líderes do Brasil estão fazendo hoje é vergonhoso, extremamente vergonhoso o que eles estão fazendo com os povos indígenas e com a natureza. O Brasil claro não começou essa crise mais acrescentou muito combustível a esse incêndio, no que os outros líderes do mundo falharam o Brasil não tem desculpa para assumir sua responsabilidade, a Amazônia, os pulmões do mundo, agora estão no limite, e vemos que agora está emitindo mais carbono que consumindo devido ao desmatamento e as queimadas...nos precisamos alcançar essas metas para o acordo de Paris, pois não alcança-las será uma sentença de morte para a humanidade..(Greta Thunberg – entrevista TV Senado)”

Em junho de 2023 Greta Thunberg participa dos protestos em frente ao parlamento europeu discutindo a polémica sobre a Lei de Recuperação da Natureza. As tensões políticas por causa da votação da Lei dominaram a sessão plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo (França) e levaram manifestantes de várias localidades até ao exterior do edifício.

O objetivo da lei é recuperar zonas terrestres e marinhas degradadas, sem criar novos parques naturais, e é defendida pelos partidos do centro-esquerda e ecologistas que alegam que é fundamental para atingir a neutralidade de emissões poluentes que causam alterações climáticas:

“O que está em causa é que se não protegemos a natureza, se não protegemos as pessoas, muitas vão perder as suas vidas e os seus meios de subsistência... A nossa mensagem para os políticos é que escolham a natureza e escolham as pessoas em vez do lucro e da ganância. E exortamo-los a não rejeitar esta lei, mas a votar a lei mais forte possível” (Greta Thunberg – entrevista a EURONEWS durante o

protesto)

Sendo assim, a jovem sueca Greta e outros jovens ativistas manifestaram em Estraburgo em prol da adoção da lei.

b) Malala Yousafzai

Malala Yousafzai é uma ativista dos direitos das crianças e adolescentes, em especial das meninas. Essa jovem paquistanesa que foi vítima de um atentado por defender o direito das meninas de ir à escola. Seus pais apoiavam seus estudos e ela era uma aluna exemplar, até que em 2007, com 10 anos Malala viu o Talibã fazer do Vale do Swat (Paquistão) seu território.

Com 15 anos, Malala estudava na província de *Khyber Pakhtunkhwa* em 2012, e enquanto voltava para casa, seu ônibus escolar foi parado por membros do Talibã que subiram a bordo e perguntaram: “Quem é Malala?”. Ninguém respondeu, mas um dos terroristas a reconheceu e disparou três tiros em sua cabeça. Em seguida, ela sobreviveu e se refugiou com sua família na Inglaterra, não desistindo de suas convicções:

Em 2013 aos 16 anos, Malala foi para Nova Iorque, onde discutou para líderes mundiais de mais de 100 países na Assembleia de Jovens das Nações Unidas declarando sua principal causa de protagonismo social:

“Nossos livros e canetas são as armas mais poderosas. Uma criança, um professor, um livro e uma caneta podem mudar o mundo. Educação é a única solução” (Malala Yousafzai – discurso na Assembleia de Jovens das Nações Unidas).

Aos 17 anos ela ganhou o prêmio Nobel da Paz da ONU e discutou novamente agora na Assembleia Geral para os líderes globais:

“ Pensaram que a bala nos silenciaria, mas erraram. E do silencio saíram milhares de vozes. Os terroristas pensaram que mudariam os meus objetivos e que travariam as minhas ambições, mas nada mudou na minha vida, exceto isto: a fraqueza, o medo e o desespero morreram; a força, o poder e a coragem nasceram. Quero educação para os filhos e filhas do talibã e para todos os terroristas e extremistas. Não odeio o talibã que me alvejou e mesmo que tivesse uma arma na mão e eles estejam na minha frente, não dispararia contra eles. Esta é a compaixão que eu aprendi com Maomé, o profeta da misericórdia, com Jesus cristo e o com o Senhor Buda”. (Malala Yousafzai - discurso na ONU ao ganhar o Prêmio Nobel da Paz).

Neste trecho observa-se o protagonismo da jovem paquistanesa ao defender seus ideias de coragem para seguir seus objetivos, mesmo nas adversidades e sua bandeira em prol da Paz Mundial (HOLZSCHEITER 2020), . Em outra entrevista em 2017 para o canal ONU Brasil, Malala reforça seu posicionamento em defesa dos direitos das mulheres:

“ Esse ano fui a uma viagem chamada de “Menina poderosa”, fui aos Estados Unidos, ao Canadá, depois à Nigéria, ao Iraque e ao México. Nesses locais encontrei meninas surpreendentes e incríveis e escutei suas histórias inspiradoras. No Iraque conheci uma menina chamada Nejla. Ela tinha 14 anos quando estava usando seu vestido de noiva, tirou os sapatos e fugiu do seu casamento. Mais tarde, em seu vilarejo, foi capturada por extremistas do Isil. Ela foi atacada mais não parou. Ela continua ainda avançando com sua educação e falando. Ela sobreviveu e resistiu a tudo que passou...e ela quer ser jornalista. Essas são histórias que me inspiram e minha meta é levar essas histórias para uma plataforma global como a ONU e permitir que essas meninas se reunam com os líderes de seus países e líderes locais para que suas vozes possam ser ouvidas” (Malala Yousafzai - entrevista para o ONU Brasil).

Observa-se no trecho que Malala reforça seu protagonismo juvenil, utilizando a ferramenta da ONU como estratégia de diplomacia e intermediação da governança global e governança local com as minorias, que nesse caso são representadas pelas mulheres em situação de vulnerabilidade social e cultural.

c) Tainara da Costa Cruz

É uma ativista ambiental e jovem liderança indígena de 18 anos, oriunda do povo Omágua Kambeba, residente na comunidade de Três Unidos, no Amazonas. Ela é uma dos três jovens que o UNICEF e o projeto Viração Educacomunicação levaram para representar a juventude brasileira na Conferência das Partes (COP 27), a qual discutou sobre a importância da participação de juventudes em espaços de decisão:

“ Foi a Rede Makira E'ta né? Que trabalha com jovens indígenas do Amazonas e que vem preparando os jovens exatamente pra isso. Pra sair para debater sobre as mudanças climáticas, pra debater sobre o nosso Amazonas e o meio ambiente...o clima ele não é mais o mesmo, desde que tem as indústria, tem essas queimadas as desmatamentos, e nos estamos sendo afetado com isso. Hoje em dia a gente não sabe mais qual a época do verão e qual a época da chuva, porque misturou tudo. Os avós antigamente, não tinha internet, não tinha redes sociais, mas ele já lutavam por isso, né? Pelo meio ambiente. Então a gente como jovem comunicador, representamos eles lá atrás. Hoje os Kambeba tem uma relação com o meio ambiente e com o viver de

forma sustentável, respeitando a natureza, não vivendo da natureza mas convivendo com a natureza.” (Tainara Cruz – Entrevista para o UNICEF Brasil 2022).

Neste trecho observa-se que a jovem ativista defende os valores da sua tribo indígena e seus ideais de proteção da natureza e proteção da sua região, colocando-se como uma comunicadora e debatedora desses valores para o cenário global e citando a importância do projeto social internacional voltado para os indígenas que a preparou para esse protagonismo infanto-juvenil. Observa-se assim outro discurso engajador:

“ Por muito tempo a nossa voz foi calada mas hoje nos estamos aqui em defesa do meio ambiente, na defesa do que esta sendo destruido por pessoas que não pensam no futuro das novas gerações, nossa juventude precisa ocupar esses espaços porque somos o futuro. Queremos ser a voz dos nossos ancestrais, porque por muito tempo elas foram caladas. Como indígena vejo que precisamos de mais jovens indígenas para ocupar esses espaços de fala e construir políticas públicas e projetos voltados para a sustentabilidade...”(Tainara Cruz - Discurso na mesa de juventudes da COP 27)

Nesse outro discurso, durante a Conferência das Partes – COP 27, que aconteceu em 2022 em *Sharm el-Sheikh*, no Egito, Tainara defendeu seu posicionamento como voz e engajadora pela causa da sustentabilidade.

4. Considerações Finais

Pode-se observar, que apesar das inúmeras problemáticas estruturais e modernas da governança global que atingem esses atores internacionais da sociedade civil, e o seu papel relevante que vem sendo transformado ao longo do séculos, perpassando de uma infância negada, a infância institucionalizada e a atual infância de direitos, as crianças e adolescentes estão cada vez mais conquistando espaços de fala e direitos para refletirem sua subjetividade e autogestão. Isto reflete também uma necessidade de mudança nos paradigmas das Relações Internacionais para trazer esses atores para uma centralidade nas discussões teórico-conceituais e empíricas (BEIER, 2020).

Com o auxílio de uma estrutura familiar, escolar e mesmo das comunidades onde estão inseridos, que os incentive e os engaje nos projetos sociais preparando-os para serem indivíduos pensantes e ativos em defesa das

causas que os afligem. As crianças e adolescentes precisam de um espaço para se envolver com aqueles que vão colocar as 17 ODS em prática e assim ter uma participação ativa.

As crianças e adolescentes podem ajudar a mudar sua própria vida e suas comunidades, pois têm ideias, energia ilimitada para a ação e a maior participação no futuro. Se forem capacitadas e fortalecidas pelo conhecimento e pela consciência dos seus direitos e das necessidades urgentes do mundo, elas podem ajudar a garantir que os gestores cumpram os compromissos assumidos.

Nesse ponto o UNICEF tem atuado como mediador de diversos projetos e iniciativas, nos quais principalmente os adolescentes e jovens podem propor soluções aos problemas locais de suas cidades e bairros e ter suas demandas alçadas na perspectiva global através deste organismo internacional. Entre eles

Por outro lado, há uma necessidade de manter a segurança desses agentes e a resiliência mutuamente em linha tênue, mantendo a subjetividade de seu protagonismo de discursos e ação, bem como a noção concreta de vulnerabilidade dessa faixa-etária em primeiro plano, pois em caso de catástrofes, guerras e problemas do cotidiano elas são as primeiras a serem atingidas e sofrerem diretamente as consequências negativas.

Para estudos futuros sugere-se compreender também as perspectivas que as novas tecnologias de amplo acesso (tais como redes sociais virtuais, smartphones e aplicativos) trazem no protagonismo infanto-juvenil e sua influência social no cenário global, pois supõe-se que através desses mecanismos novas formas de comunicação são alçadas e influenciam. E de que forma as Organizações Internacionais e outros atores internacionais das Relações Internacionais percebem a agência infanto-juvenil como construção relevante ou não no campo das RI. Outro ponto é pesquisar como cada um dos 17 ODS contribuem para melhorar a situação das crianças e dos adolescentes no cenário internacional ou em uma perspectiva local.

Algumas limitações do estudo foram a busca de bibliografias relevantes internacionais sobre o tema que infelizmente estavam bloqueadas para acesso, e com relação à metodologia que dado o pouco tempo de construção necessita de maior rigor nas análises futuras.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. É preciso proteger Amazônia e povos indígenas, defende Greta Thunberg. Senado Federal, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2021/09/debates-dizem-que-brasil-precisa-ter-protagonismo-para-enfrentar-mudancas-climaticas>. Acesso em: 15 de maio de 2023.

BARLEY, Ruth. 'He wasn't nice to our country': children's discourses about the 'glocalized' nature of political events in the Global North. **Global Studies of Childhood**, v. 12, n. 2, p. 147-158, 2022.

BEIER, J. Marshall (Ed.). **Discovering childhood in international relations**. Cham: Palgrave Macmillan, 2020.

BEIER, J. Marshall. Subjects in peril: Childhoods between security and resilience. **Discovering Childhood in International Relations**, p. 219-242, 2020.

BEYERLIN, U.; MARAUHN, T.. **International environmental law**. Londres: Hart Publishing, 2011

BEYERSDORF, Victoria Giannini. **A influência sob a ótica da dependência internacional: uma análise da influência das relações internacionais nas vivências das crianças e adolescentes latino-americanos**. 2023.

BORGES, Gláucia; DE SOUZA, Ismael Francisco. Direitos internacionais e a participação ativa de crianças e adolescentes na sua efetivação: o caso de Malala Yousafzai: International rights and the active participation of children and adolescents in their effectiveness: the case of Malala Yousafzai. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v. 20, n. 38, p. 278-290.

BROCKLEHURST, Helen. **Who's afraid of children?: Children, conflict and international relations**. Ashgate Publishing, Ltd., 2006.

CARDOSO, Elaine Souza Duarte. **O estudo da infância e a consideração de novos atores nas relações internacionais sob a ótica do caso das crianças-soldado na República Democrática do Congo**. 2023.

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. **Nossa Comunidade Global. Relatório da Comissão sobre Governança Global**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 2.

CREDEAL OFICIAL. Malala Yousafzai faz discurso na ONU por educação. Youtube, 18 de fevereiro de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-bISbx0Xyg> Acesso em: 10 de Julho de 2023.

DINGWERTH, Klaus. 2007. **The New Transnationalism: Transnational Governance and Democratic Legitimacy**. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

FRABBONI, Franco. A Escola Infantil entre a cultura da Infância e a ciência pedagógica e didática. In: ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em Educação Infantil**. Porto Alegre. Artmed, 1998.

GARCEZ, Gabriela Soldano; DE FREITAS, Gilberto Passos. Governança, globalização e atores não estatais: uma análise sob a perspectiva do Direito Internacional. **Scientia Iuris**, v. 19, n. 2, p. 223-240, 2015.

GONÇALVES, A. F.; COSTA, J.A. F.. **Governança global e regimes internacionais**. São Paulo: Almedina, 2011.

GONÇALVES, Alcindo; ALMEIDA, Daniel; REI, Fernando. **Governança global [e-book]: desafios e complexidade**. Santos (SP) : Editora Universitária Leopoldianum, 2021, 172 p.

HOLZSCHEITER, Anna. Children as agents in international relations? Transnational activism, international norms, and the politics of age. **Discovering childhood in international relations**, p. 65-87, 2020.

LEE-KOO, Katrina. Decolonizing childhood in international relations. **Discovering childhood in international relations**, p. 21-40, 2020.

Lemos, F. C. S. (2012). Práticas de governo das crianças e dos adolescentes propostas pelo UNICEF e pela UNESCO: inquietações a partir das ferramentas analíticas legadas por Foucault. **Psicologia & Sociedade**, 24(n. spe.), 52-59

LEMOS, Flávia Cristina Silveira; DE CASTRO NOGUEIRA, Juliana. Crianças e adolescentes para o UNICEF: desenvolvimento e economia política. **Mnemosine**, v. 8, n. 1, 2012.

MAHON, Mc Méabh. Greta Thunberg junta-se à polémica sobre a Lei de Recuperação da Natureza. EURONEWS , 2023. Disponível em: <https://pt.euronews.com/my-europe/2023/07/11/greta-thunberg-junta-se-a-polemica-sobre-a-lei-de-recuperacao-da-natureza> . Acesso em: 18 de julho de 2023.

MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. O lugar das crianças nas relações internacionais: considerações sobre novos atores e a difusão de poder. p. 100-117. **Revista de Estudos Internacionais**: João Pessoa, 2013. v. 4

MATIAS, Eduardo Felipe P. **A humanidade e suas fronteiras: do estado soberano à sociedade global**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

Nobel Prize: Malala Yousafzai: Nobel Peace Prize Lecture 2014. Youtube, 10 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c2DHzkUI6s>. Acesso em: 11 de maio de 2023.

ONU BRASIL. ENTREVISTA: Malala defende liberdade para mulheres. Youtube, 13 de outubro de 2017. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=mho21uEXsdE>. Acesso em: 10 de julho de 2023

PAGNI, Pedro Angelo. Infância, Arte De Governo Pedagógica E Cuidado De Si. **Educação & Realidade**, v. 35, n. 3, p. 99-123, 2010.

Parlamento Europeu Portugal. O discurso de Malala Yousafzai sobre a educação | Parlamento Europeu. Youtube, 24 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FcAcu6fOcil>. Acesso em: 15 de julho de 2023.

PBS NewsHour. WATCH: Greta Thunberg's full speech to world leaders at UN Climate Action Summit. Youtube, 23 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KAJsdgTPJpU> . Acesso em: 15 de julho de 2023

PRUITT, Lesley. Revisiting 'Womenandchildren'in Peace and Security: What About the Girls Caught in Between?. **Discovering Childhood in International Relations**, p. 199-218, 2020.

SANTOS, Anna Letícia Pereira. **O Aumento do Trabalho Infantil na Tríplice Fronteira durante a Pandemia da COVID-19**. 2023.

SEITENFUS, Ricardo. **Relações Internacionais**. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Editora Manole, 2013.

UNICEF Brasil. "A cada ano, percebemos que os impactos das mudanças climáticas são significativos" | UNICEF Brasil. Youtube, 7 de novembro de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IZYMK4kKC3k>. Acesso em: 12 de julho de 2023.

UNICEF Brasil. Tainara da Costa Cruz, 18, jovem liderança indígena na mesa de juventudes da #COP27. Brasil, 8 de novembro de 2022. Twitter: @unicefbrasil. Disponível em: <https://twitter.com/unicefbrasil/status/1590064467345551360> Acesso em: 12 de julho de 2023.

UNICEF Brasil.. UNICEF atua para engajar adolescentes e jovens nas discussões sobre mudanças climáticas. Youtube, 23 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fuKGVguS-mQ> . Acesso em: 10 de julho de 2023.

UNICEF. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Ainda é possível mudar 2030 Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel> . Acesso em: 19 de abril de 2023.

UNICEF. Adolescentes sonham com lugar melhor para viver: Antony e Josiely apresentam demandas dos bairros Jurunas e Guamá, em Belém, territórios prioritários da #AgendaCidadeUNICEF. Unicef, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/historias/adolescentes-sonham-com-lugar-melhor->

[para-viver](#). . Acesso em: 15 de julho de 2023.

UNICEF. Painel de Dados: Principais indicadores sociais relacionados aos direitos de crianças e adolescentes no Brasil. Disponível em: [//www.unicef.org/brazil/painel-de-dados](http://www.unicef.org/brazil/painel-de-dados). Acesso em: 19 de junho de 2023.

UNICEF. UNICEF em ação: Histórias sobre o trabalho do UNICEF no Brasil e sobre as crianças, os adolescentes, as famílias e as pessoas com quem trabalhamos. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/unicef-em-ação> . Acessado em: 20 de junho de 2023.

UNICEF: #AgendaCidadeUNICEF: Criar trajetórias de oportunidades para as crianças e os adolescentes mais afetados pelo cotidiano de pobreza, exclusão e violências nos centros urbanos. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/agenda-cidade-unicef> . Acesso em: 10 de julho de 2023.

WATSON, Alison MS. Children and International Relations: a new site of knowledge?. **Review of International Studies**, v. 32, n. 2, p. 237-250, 2006